

Reflexões preliminares acerca do movimento *Occupy Wall Street*

Investigação em desenvolvimento

GT 14: Hegemonia estadunidense, políticas públicas, sociais e alternativas

Nara Roberta Silva

Resumo:

Este trabalho pretende apresentar uma reflexão introdutória acerca do movimento *Occupy Wall Street* (OWS), emergente em Nova Iorque em setembro de 2011, com a ocupação do *Zuccotti Park*. Buscaremos debater, introdutoriamente, as possibilidades abertas com e a partir do OWS e avaliar em que medida é possível analisá-lo segundo a perspectiva de crise ideológica. Em linhas gerais, entendemos que *crise ideológica* expressa a possibilidade de uma nova reconfiguração das representações relativas aos aspectos de organização social e da existência humana, numa confrontação e oscilação da ideologia atualmente dominante, ao mesmo tempo em que, todavia, esta ainda não foi destruída totalmente. Deste modo, pode-se dizer então que o OWS expressaria tanto elementos de contraposição quanto de afirmação da ordem vigente.

Palavras-chave: Occupy Wall Street; crise ideológica; Estados Unidos.

Introdução: perspectivas de uma pesquisa

Este trabalho pretende apresentar uma reflexão introdutória acerca do movimento *Occupy Wall Street* (OWS), emergente na cidade de Nova Iorque em setembro de 2011, com a ocupação do chamado *Zuccotti Park*, avaliando, ainda, algumas possíveis perspectivas de análise abertas com este mesmo movimento. Nesse sentido, esclarece-se de antemão que não pretendemos aqui somente fazermos uma descrição dos eventos relacionados a tal movimento e sim, conjuntamente a tal tarefa, temos como objetivo também refletir sobre as condições que permitiram e que explicam tal tipo de movimentação na contemporaneidade. Na verdade, assim como inúmeras mobilizações semelhantes ao redor do mundo – tais quais: o movimento dos *Indignados* na Espanha, a *Geração à Rasca* em Portugal e a *Primavera Árabe* que atingiu grande parte do Oriente Médio –, o *Occupy Wall Street*, primeira manifestação do que ficou conhecido como *Occupy Movement*, representa e é expressão particular de “uma nova cultura de protesto global” (Bamyeh, 2012). Sendo assim, acreditamos que ele permite uma profícua reflexão acerca dos contornos atuais dos conflitos sociais e políticos, do modo de agrupar-se e de atuar coletivamente, do lugar do indivíduo perante a sociedade, dos valores então vigentes etc..

Justamente por possibilitar a reflexão destes elementos expostos acima é que estruturamos nossa avaliação acerca do *Occupy Wall Street* a partir da questão da ideologia. Enquanto um tema polêmico nos círculos das ciências humanas e sociais, o conceito de ideologia apresenta-se com uma variedade impressionante de conteúdo e com as mais diversas definições – as quais, no geral, são entre si contrapostas¹. Em meio a tantas polêmicas, o conceito caiu até mesmo em descrédito na metade do século XX (cf. Aron, 1980; Bell, 1980) e também durante a década de 1980, com o início da ofensiva neoliberal. Todavia, na medida em que a própria tese do “fim da ideologia” indicava, curiosamente, a defesa de uma ideologia específica (cf. Mészáros, 2004, p. 109), foi possível então a contraposição à

¹ Para uma boa apreensão dos debates e das controvérsias envolvendo o conceito de ideologia ver Eagleton (1997).

mesma, reafirmando a validade do conceito em questão – o qual vem então se reacomodando em meio aos debates intelectuais.

As mudanças pelas quais vem passando o mundo contemporâneo – iniciadas, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, complexificadas, ainda, com o regime neoliberal e retomadas com o início do século XXI – exigem o esforço de se pensar as possíveis novas configurações do fenômeno da ideologia, assim como as ferramentas teóricas capazes de apreendê-lo. Em meio a tal desafio, diversos trabalhos procuraram, segundo distintas perspectivas, traçar os contornos e as formas de manifestação do fenômeno ideológico na contemporaneidade, como, por exemplo, Zizek (1996; 2011), Bucci & Kehl (2004), Pinassi (2009), Dijk (2006) – dentre outros.

Para nós, uma reflexão fundamentada e balizada por uma das manifestações de contestação mais destacadas dos dias atuais auxilia o esforço supracitado, assim como potencializa a apreensão dos traços distintivos do fenômeno ideológico e da estrutura e da dinâmica do processo social que o envolve – sendo, enfim, o OWS um potencial caminho para a produção de conhecimento.

Deve-se lembrar, porém, que a emergência e a consolidação do OWS deram-se em função da crise financeira eclodida em 2007, que, embora tenha tido como epicentro os próprios Estados Unidos, se espalhou e atingiu todo o mundo. Nesse sentido, o movimento apresenta uma dimensão de crítica ao capitalismo a qual não se pode ignorar – ou como coloca Zizek (2012, p. 16) em seu discurso aos *occupiers*, vê-se que: “depois de abandonar o chamado ‘essencialismo da luta de classes’ pela pluralidade das lutas antirracistas, feministas etc., ‘o capitalismo’ claramente aparece como o nome DO problema”.

Em função disso, defendemos a análise do movimento em questão relacionada com os princípios do sistema teórico formulado por Karl Marx, buscando, fundamentalmente, estabelecer o alcance do elemento econômico para o cenário formado com e pelo OWS. Uma boa leitura destes princípios marxianos nos alerta, porém, para o fato de que não existe uma determinação material unívoca na conformação de quaisquer cenários históricos. Desse modo, cabe então avaliar como tal elemento econômico – no caso, a complexa situação recente da economia norte-americana, altamente financeirizada – entrelaça-se, ainda que exercendo influência predominante, com outros elementos que concorrem para a conformação do quadro em que se apresenta e no qual age o OWS. Mais precisamente, juntamente com a atuação dos valores impulsionados pela cultura norte-americana, da organização política que rege essa sociedade etc., deve-se pensar também a contribuição da ideologia – a qual, devido às suas características enquanto elemento da vida social, se apresenta como base e como resultado do processo descortinado a partir do OWS.

Deve-se esclarecer que, contrariamente a uma parcela significativa da tradição teórica vinculada à teoria social em geral e mesmo à teoria marxista, não concebemos a ideologia através dos aspectos de mistificação, ilusão e engodo – defendidos, no geral, com base nas afirmações de Marx e Engels em *A ideologia alemã* (cf. Marx e Engels, 2007, p. 47; 94). Na verdade, ainda que reconheçamos a importância de tais afirmações – sem desconsiderá-las –, acreditamos que, especialmente no caso do tema em questão, é necessário olhar para o conjunto da obra de Marx, compreendendo que a concepção de ideologia do mesmo não se encontra presente em um ou outro texto. Na falta de sistematização do tema pelo próprio autor, tal concepção é, ao contrário, resultado do caráter de totalidade que marca a teoria marxiana, a qual apresenta a ordem social como um todo, sem ater-se restritamente a aspectos específicos da composição de tal ordem – por exemplo, a ordenação do poder, a ordenação econômica, as manifestações religiosas etc.. Nisso, deve-se atentar para a função que a ideologia detém dentro do peculiar desenho adquirido pelo arranjo social e como ela, ao mesmo tempo, contribui para a efetivação deste – o que, enfim, ultrapassa a intervenção com vistas a mascarar e obnubilar a realidade social.

Por ora, cabe somente pontuar: em contraposição a uma concepção negativa de ideologia, que restringe e concebe o fenômeno ideológico unicamente enquanto “falsa consciência” ou “consciência invertida”, adotamos então a posição que enxerga sim tal fenômeno como uma específica forma de consciência,

mas que advém para conformar a prática humana em momentos de conflito social. Assim, acreditamos que, revelando de forma patente a potencialidade da ação para o rumo da história, esta posição acerca da ideologia apresenta-se mais proficuamente para a análise da vida social, em especial para a avaliação dos fenômenos decisivos emergentes em meio a esta. Sem dúvida, isso não significa que a concepção de ideologia marxiana aqui defendida não necessite ser repensada à luz das recentes transformações mundiais, na confrontação com os atuais dilemas que nos abatem. Na verdade, a reivindicação de um movimento contemporâneo como o OWS advém justamente para completar essa lacuna, apresentando algumas das questões eminentes atualmente. Com isso, é possível visualizar que temos como pressuposto o princípio de que avanços e descobertas no âmbito empírico alimentam o campo teórico e vice-versa. E, partindo de tal pressuposto, defendemos, inclusive, que o olhar atento ao próprio OWS indica ser prudente falar-se em *crise ideológica*, para melhor caracterizarmos o cenário contemporâneo.

No atual estágio preliminar de nossas investigações, não é possível elucidarmos um conjunto de considerações extremamente sólidas acerca do OWS e nem de como, a partir dele, podem ser revelados aspectos importantes concernentes à questão da ideologia. Porém, ainda que possamos ao momento somente organizar nossas elucubrações iniciais sobre o tema – certamente fundamentadas em um arcabouço teórico –, já é esta uma tarefa válida, que permite ao leitor visualizar a relevância social do objeto escolhido – assim como esclarece nossa proposta e os pilares sobre os quais ela se erige.

Um pouco do cenário em que nos movemos: Estados Unidos, financeirização e crise(s)

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidaram-se enquanto “país dominante no seio da coalizão dos países imperialistas” (Duménil e Lévy, 2005, p. 86). Também a partir de 1945, como parte deste processo que resultou na própria elevação deste país à máxima potência mundial, advieram mudanças expressivas, em nível global, no sistema capitalista. Mais precisamente, o início do desmonte paulatino, porém firme, da fábrica de tipo fordista resultou em uma flexibilização do processo de trabalho, segmentando e desmembrando as unidades de produção (em termos, inclusive, territoriais), e, em consequência, na igual flexibilização da organização dos mesmos, com a modificação das relações de trabalho que, por conseguinte, resvalou nos instrumentos de representação tradicionalmente utilizados pelos trabalhadores – a saber: sindicatos e partidos políticos. Em meio ao desenvolvimento das forças produtivas e à crescente valorização de atividades ligadas ao conhecimento, ao saber e à comunicação, modificou-se também a organização do Estado, o qual passou intermediar, trazendo para seu seio, as negociações entre as organizações trabalhistas e as corporações empresariais. Esta peculiar forma estatal, que então prezava por uma democracia eminentemente social, abriu as portas para a manifestação de novos aspectos da subjetividade humana, na expressão de novas e complexas identidades sociais, e sustentou-se internamente, no geral, em função do elevado grau de produtividade combinado, por sua vez, com os altos salários pagos aos trabalhadores – especialmente no caso da sociedade estadunidense.

Este período de grande prosperidade da economia norte-americana, que passa então ao topo do poder mundial, ficou conhecido como *golden age* – ou *anos dourados*. A idade de ouro estende-se até o início da década de 1970, quando então começam os sinais mais claros de esgotamento do consenso alcançado com o chamado *Welfare State*. Dentro da literatura norte-americana crítica, oposta à tradição liberal, não há acordo em relação ao porquê do referido esgotamento. Porém, duas respostas são destacadas: para alguns, o cenário que então se apresentava era resultado da queda tendencial da taxa de lucro – tal qual a célebre explicação de Marx encontrada no livro terceiro d’*O capital*; para outros, o que ocorria era um descompasso entre o ciclo do capital produtivo, o ciclo do capital mercadoria e o ciclo do capital monetário – segundo as formulações encontradas no início do livro segundo da mesma obra em questão (cf. Prado, mimeo).

Não podemos, por ora, colocarmo-nos completamente a favor de uma ou outra posição. Contudo, independentemente do caminho que se adote para a explicação do declínio da economia norte-americana, deve-se sublinhar o claro problema então existente: a realização do valor. Em outras palavras, as distintas explicações para a situação em questão debatiam-se, afinal, com o mesmo resultado: a estagnação econômica. Frente a isso, colocava-se a possibilidade de retomada das taxas de acumulação, no rompimento com as barreiras que se colocavam para a continuidade dos lucros ascendentes da classe dominante.

Foi assim, então, que a financeirização foi o caminho trilhado pela economia norte-americana, na tentativa de saída da estagnação aludida – a partir do aumento da taxa de juros e do abandono completo das paridades estabelecidas com o acordo de Bretton Woods, formalizado após a Segunda Guerra. Esse caminho possibilitou, por um lado, que os Estados Unidos retomassem a situação privilegiada em relação a outros países do mundo e suas respectivas economias – agora em função do estabelecimento do dólar enquanto padrão e moeda mundial e a consequente absorção de grande parte da renda global, por meio do franco desenvolvimento do mercado financeiro. Por outro lado, porém, essa posição foi e é mantida de modo relativamente frágil, na medida em que a economia estadunidense rumou paulatinamente para uma severa crise fiscal interna (em nível federal, estadual e municipal) e também para uma elevada dívida pública (cf. Costa, 2012, p. 144-158; Foster, 2008).

A expansão das finanças no mundo marcou o advento e a posterior consolidação do regime neoliberal do modo de produção capitalista. A partir de uma ofensiva estatal profunda, que mirou as bases das reminiscentes garantias trabalhistas e permitiu a desregulamentação do mercado, abriu-se espaço para a criação de riqueza artificialmente, de modo autônomo em relação à produção. Em outras palavras, como consequência da multiplicação dos instrumentos financeiros existentes, houve enorme aumento do valor total dos ativos em circulação mundialmente. Todavia, a maior parte deste volume circulado não se origina estritamente da aplicação dos excedentes gerados pelo forte aumento da produtividade do planeta; ao contrário, ele é, em grande parte, expandido devido à forte especulação que passa a prevalecer no mercado mundial. Sendo assim, o capital fictício, remunerado dentro do sistema de crédito – e discutido por Marx também no livro terceiro d’*O capital* –, adquire prevalência frente ao capital produtivo, em função da criação de estruturas de financiamento endogenamente e que são, por isso, cada vez mais vulneráveis.

A financeirização mais aguda expôs então mais facilmente a *crise* como fenômeno imanente do sistema capitalista. Se retomarmos algumas das discussões iniciais sobre a questão, vemos que, em seus debates com a economia política clássica (Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill etc.), Marx preocupou-se em deslocar a explicação das crises da esfera da circulação para a da produção, afastando a ideia de que seriam ocorrências meramente contingentes (cf. Grespan, 2012). Todavia, certamente não é essa a posição da literatura *mainstream* sobre o tema, principalmente dentro dos países centrais – a qual então enxerga que o se tem é um sistema inerentemente estável, abalado somente por alguns choques externos, usurpadores de sua harmonia imanente.

Em que pese o fato de que, ao longo do decorrer do capitalismo, as crises manifestem-se de maneira e com intensidade distintas, o problema que se apresenta para aqueles e aquelas que defendem a capacidade de autorregulação exercida pelo mercado é que as tais crises têm se tornado notoriamente mais recorrentes a partir do referido período neoliberal e, igualmente, têm envolvido um número maior de países (cf. Bresser-Pereira, 2010, p. 58). Precisamente, tomando como exemplos a denominada *crise asiática* ao final da década de 1990 (cf. Fiori, 2001) e o que ficou conhecido como *bolha ponto com*, em 2001 (cf. Zizek, 2011, p. 27; Bullio et al., 2011), nota-se: as recentes oscilações na economia mundial expressam que as causas e as consequências das instabilidades no capitalismo contemporâneo não podem ser restritas exclusivamente a um país, emergindo, muitas vezes, em um espaço relativamente curto de tempo.

Para o retardamento desses “intervalos” entre a eclosão de uma crise e outra, contribuem, dentre outros fatores, os complexos mecanismos regentes da atividade financeira, os quais permitem o fluxo e a migração de capitais intensamente, na forma imediata de circulação de papeis – então representando os devidos ativos em jogo. Assim, após a saturação das ações vinculadas ao setor de alta tecnologia, foi possível a conformação de uma nova área de investimento bastante atrativa nos Estados Unidos, a saber: o mercado imobiliário. De fato, os próprios impactos do estouro da referida *bolha ponto com* foram suavizados pelo notável crescimento da movimentação financeira ligada às hipotecas, a partir de 2001 – fortemente auxiliado pela política expansionista promovida pelo banco central norte-americano, o *Federal Reserve System* (Fed), a combinar excesso de liquidez e baixas taxas de juros (cf. Bullio et al., 2011).

Entre os anos de 2002 e 2006, o consumo interno impulsionado pelo setor imobiliário foi constantemente citado como importante fator de sustentação da atividade econômica do país por essa mesma instituição. Porém, entre o mesmo ano de 2006 e, principalmente, o ano de 2007, iniciam-se os primeiros sinais de saturação deste *boom* imobiliário que teve seu pico, nos Estados Unidos, em 2004 (cf. Foster, 2008).

Para compreendermos isso, deve-se antes esclarecer que, basicamente, o mercado de imóveis norte-americano tinha como foco vender casas de alto padrão para pessoas que não possuíam poupanças ou garantias financeiras, as quais efetivavam a transação a partir da aquisição de empréstimos – então com taxas de juros reduzidas. Para dar conta de montante tão grande de dinheiro, os bancos valiam-se do extrapolarmento da alavancagem – isto é, a diferença entre o total emprestado e o que se tem efetivamente –, garantindo tal manobra através do repasse da referida transação de empréstimo a alguma agência financeira, que então a assegurava frente à inadimplência total. Mas, sem serem totalmente receptoras, as várias agências financeiras também repassavam os papeis referentes às transações de empréstimo – desta vez para investidores, no geral, realmente capitalizados, que adentravam no mercado de ações –, formando então uma intrincada cadeia.

Quando os compradores dos imóveis componentes do mercado *subprime* não puderam mais honrar com seus respectivos compromissos, revelou-se de forma patente a insustentabilidade das transações efetuadas, com o estouro de uma nova bolha e a exposição de papeis que representavam não mais que “lixo” financeiro, sem lastro e sem garantia real alguma. Prontamente, na metade do ano de 2007, o Fed mobiliza alguns instrumentos tradicionais da política monetária para conter a crise, como, por exemplo, o corte nas taxas de juros (que então haviam começado a aumentar a partir de 2004) e a diminuição na taxa de redesconto (que diz respeito aos empréstimos acessíveis apenas a bancos) etc.. Mas, frente à ineficácia de tais iniciativas, “o Fed passou a criar instrumentos discricionários para tentar estabilizar o sistema fragilizado” (Bullio et al., 2011, p. 342), especialmente no segundo semestre de 2008. Assim, o socorro foi evidentemente às instituições financeiras e bancos que intermediavam todo o processo e que estavam então quebrando, deixando à deriva tanto os compradores de imóveis quanto os aqueles que investiram nessas ações. E, ainda, vale lembrar que este socorro foi através de um montante na casa dos trilhões, desembolsados diretamente do governo norte-americano.

Saídas para a crise, fragilidade do império e a resposta do Occupy Wall Street (OWS)

Diferentemente do que ocorreu quando à última crise de proporções aproximadas à atual, a saber: em 1929, a resposta dos governos ao redor do mundo, em especial dos Estados Unidos, foi ampla e imediata. De fato, a alternativa escolhida para controlar o caos baseou-se na caracterização de que os bancos e as instituições envolvidas na ciranda financeira eram “*too big to fail*”. Ainda, na medida em que tal ciranda era impulsionada com investimentos da população – que foram rápida porém ficticiamente aumentados pelos bancos e afins – usou-se muitas vezes tal argumentação para

supostamente se defender não os bancos, mas a própria população que muito poderia perder (Dowbor, 2009, p. 26-27).

Todavia, com essa resposta adotada pelo Estado certamente não se questionou o tipo de desenvolvimento trazido com a predominância da financeirização e vê-se que o que houve, na verdade, foi uma socialização das perdas. Ainda, não acreditamos que tal socialização concerne apenas aos envolvidos no setor financeiro: levando em conta que o contínuo e paralelo desenvolvimento das finanças, em especial do setor de crédito, é fator necessário para a expansão do modo de produção capitalista (cf. Marx, 1985b, p. 133), entrelaçando-se intimamente com o âmbito “estritamente” produtivo, temos que instabilidades na esfera financeira são capazes de abalar por completo a economia, atingindo áreas de produção de riqueza efetiva. Desse modo, mesmo uma crise originada nas finanças pode ocasionar diminuição na atividade industrial, queda e restrição nos investimentos (em diversas áreas), aumento do desemprego etc., numa espécie de efeito multiplicador – tal qual ocorreu nos Estados Unidos.

Na verdade, é importante visualizar que a crise vinda à cena em 2007, cujo ponto mais crítico foi no segundo semestre de 2008, iluminou mais fortemente as debilidades da sociedade norte-americana como um todo, expondo concentradamente para o mundo e para seus próprios cidadãos o desfecho de um processo iniciado bem anteriormente à crise financeira em questão.

Falamos acima do sucesso do regime implementado após a Segunda Guerra Mundial, o qual forjou um compromisso entre capital e trabalho, na garantia de ganhos ao primeiro, dados a partir da reconstrução de uma Europa devastada e da mais alta produtividade, concomitantemente a benefícios ao segundo, sintetizados no recebimento de altos salários. Com o declínio dos ganhos na década de 1970, tal arranjo tornara-se contraproducente, sendo então substituído pela máxima desregulamentação possível – finalmente exposta com a eleição de Ronald Reagan, em 1980, mas antecipada com a elevação do dólar a moeda mundial no governo Jimmy Carter, em 1979.

Foi ao longo da crítica década de 1970 que se iniciou, então, um claro descolamento: enquanto os níveis de produtividade e de exploração constante e ininterruptamente aumentavam, o salário real não sofreu acréscimo – na verdade, declina “levemente a uma taxa de -0,37 por ano entre 1978 e 2007” (Resnick e Wolff, 2010, p. 176). Além disso, com a valorização do dólar, ascendente a partir dos anos 1980, houve um estímulo para a transferência das plantas produtivas para outros países do globo, que ofereciam custos trabalhistas menores, numa conseqüente modificação do mercado de trabalho norte-americano – o qual passa a ser marcado por uma instabilidade e pela patente redução do emprego industrial. Todavia, deve-se considerar que tal mudança no mercado de trabalho estadunidense não implicou em uma retração absoluta dos níveis de consumo: para além da conformação de novos setores e de um novo leque de ocupações, que, embora restritamente, demandavam força de trabalho com alto grau de formação, deve-se pensar que a expansão da financeirização à qual antes nos referimos permitiu também uma sustentação do padrão de gastos via crédito, ainda que perante a corrosão do ganho anual e dos níveis de poupança da maior parte da população (cf. Duménil e Lévy, 2004, p. 18-20; 26-28) – ou, talvez, como parte mesma de tal corrosão. Igualmente, no mesmo texto, Duménil e Lévy apontam que, a despeito das transformações ocorridas na sociedade norte-americana, o consumo da parcela mais rica continuou firmemente crescendo.

Com isso, o neoliberalismo significou, primordialmente, um crescimento considerável da desigualdade social, em meio a uma alta concentração de renda. Se tomarmos os Estados Unidos, é possível enxergar claramente uma disparidade entre os segmentos mais altos e mais baixos da sociedade, sendo que o *top 1%* encontra-se hoje no patamar mais alto desde 1929 – quando, como já afirmamos, houve uma crise de proporções semelhantes à atual (cf. Gelder, 2011, p. 1-2; Peschanski, 2012, p. 27). Da mesma forma, existe uma disparidade considerável dentro dos próprios segmentos mencionados: internamente ao mesmo *top 1%*, os 0,1% mais ricos obtêm participação qualitativamente mais alta na renda frente aos

demais, mas esta participação é, por sua vez, consideravelmente menor que a exercida pelos 0,01% mais ricos (cf. Saez, 2013).

Como processo complementar ao crescimento da desigualdade, dentro dos Estados Unidos o neoliberalismo implicou também em uma erosão da confiança nas instituições da democracia, em especial o Estado (cf. Putnam e Pharr *apud* Bresser-Pereira, 2010, p. 64-65). Mais precisamente, sabemos que, almejando a valorização e, em consequência, um ganho maior dos capitalistas, a financeirização implica em forjar um aumento do montante de dinheiro aplicado, através de operações e inovações financeiras, muitas vezes complexas e obscuras, que então impliquem na passagem D – D', obscurecendo a mediação da produção para o aumento do valor. Para tal, certamente fazem-se necessárias certas habilidades dos operadores financeiros, os quais, então, recebem grandes bonificações. O sucesso de tal tarefa depende também das amplas possibilidades de movimentação abertas ao sistema financeiro, dadas, no caso, pela referida desregulamentação acentuadamente levada a cabo pelo Estado a partir dos anos 1980. Com isso, para além da corrupção, inevitavelmente existente quando à carência de mecanismos de controle da economia, o que existe – e que se revelou de modo claro – é uma política de Estado em perfeita sintonia com os interesses dos grupos dominantes no país. Nesse sentido, o OWS pode ser entendido como uma demonstração de enfraquecimento do consenso promovido internamente ao modo de produção capitalista, em seu regime de tipo neoliberal. Como se pode agora entender, nem mesmo sua principal consigna, que opõe 99% ao 1% mais rico da população (“*We are the 99%*”), é gratuita, de modo que a emergência do movimento questiona alguns dos pilares da hegemonia alcançada pelo neoliberalismo, a saber: a viabilidade e a eficiência de mercados autorregulados e o individualismo exacerbado, o qual implica na “reedição” da crença liberal clássica na recompensa aos melhores e mais bem capacitados pelo trabalho duro.

Todavia, é crucial sublinhar que, em meio às saídas adotadas pelo governo norte-americano, o OWS não simplifica a armadilha *regulamentação vs. desregulamentação*, apreendendo e problematizando a atuação daqueles que estão no topo do sistema: bancos, grandes corporações de *Wall Street* e governantes. Ainda, a radicalidade de seus métodos – e que o diferencia claramente do chamado *Tea Party*, movimento conservador emergente em 2008 – vem aliada a um questionamento da história recente da sociedade norte-americana e do tipo de desenvolvimento geralmente conformado na contemporaneidade. Em suma, o OWS levanta a bandeira da crítica ao capitalismo, tendo trazido a questão *classe social* e a questão *desigualdade socioeconômica* para o centro do debate da nação estadunidense (cf. Milkman, Luce e Lewis, 2013, p. 2-4; 37-38) – com ressonâncias importantes em todo o mundo, na medida em que cunhou as linhas gerais de uma forma de ativismo que, se não é totalmente vigente em outros locais, tem atualmente seus pontos principais mais ou menos reproduzidos, a saber: o *Occupy movement*.

Justamente devido à sua novidade, o OWS apresenta uma série de dificuldades – para si mesmo e para aqueles e aquelas que procuram compreendê-lo. Após um momento de descrédito das alternativas de esquerda, tem este movimento o mérito de reascender a luta social dentro dos Estados Unidos, recolocando para o país tantas vezes tido como modelo do capitalismo o debate sobre o próprio sistema capitalista. Porém, para não cairmos de antemão em reducionismos, é preciso um olhar mais acurado, ainda que incipiente, para o modo como se desenrola esta crítica ao sistema.

Occupy Wall Street (OWS) através do prisma da ideologia: considerações iniciais

Iniciamos o presente texto esclarecendo que, para nós, a ideologia não deve ser compreendida enquanto falsa consciência ou consciência invertida; ao contrário, ela é um momento ideal, que molda a prática humana. Por trás de tal perspectiva, assentam-se dois pressupostos fundamentais: (i) a existência de uma interação não mecânica entre a estrutura determinante e os elementos componentes da

superestrutura e (ii) a consideração de que elementos da superestrutura, tal qual a ideologia, detêm respectivas especificidades, sendo dotados de um papel e de uma dinâmica próprios.

Se considerarmos em especial o segundo pressuposto, acrescentamos à nossa compreensão acerca da ideologia a observação de que ela não é o mesmo que uma concepção geral de mundo. Mais precisamente, faz parte da própria especificidade da ideologia a atuação em e frente a situações de conflito – latentes ou não – existentes em uma formação social². Justamente por isso, ela se apresenta enquanto elemento fundamental para o movimento de qualquer sociedade, mesmo em seu desenrolar mais ordinário – mas especialmente relevante em momentos de crise, seja esta de quaisquer tipo e intensidade.

Com vistas a cumprir essa função, a ideologia então influencia a apreensão do sujeito frente ao mundo e à situação de conflito que então o cerca, forjando um quadro representacional da realidade na qual se vai agir, sintetizando os múltiplos fatores constituintes da situação em questão; ao mesmo tempo, ela mobiliza certos valores que então sejam consonantes aos interesses aos quais contribui. Dito de outro modo, a ideologia intervém simultaneamente no momento de interiorização no/do sujeito e no conseqüente momento da exteriorização sintetizado em uma dada prática. Com isso, existe uma tendência para a conformação da subjetividade humana, a partir de certos limites postos à consciência, através deste contínuo trânsito apreensão-atuação, que então prepara o indivíduo para encarar a realidade que a ele se apresenta, em consonância ao projeto de sociedade ao qual se alinha a ideologia em ação.

Porém, para que assim ocorra, é crucial que a representação formada mantenha um certo grau de correspondência às condições dentro das quais se insere – mesmo que tal correspondência não seja plenamente fidedigna e sim construída com a contribuição de aspectos mistificadores e/ou com garantias materiais. Desse modo, a ideologia “faz sentido” aos sujeitos aos quais se direciona, sendo então por eles ser disseminada, conscientemente ou não, através de suas ações e, por isso mesmo, torna-se o fenômeno ideológico efetivo enquanto resolutivo de conflitos sociais.

Para nós, a emergência da crise financeira sobre a qual nos referimos anteriormente atingiu justamente essa potencialidade da ideologia (no caso, dominante) apresentar-se enquanto justificativa das condições sociais, na medida em que, a partir das oscilações na economia e suas devidas conseqüências para a vida de grande parte da população, restringem-se os fatores pelos quais se dá a coerência dos valores disseminados e estimulados – dificultando, ainda, a própria capacidade que a ideologia tem em aglutinar os sujeitos dentro de uma formação social. O surgimento do OWS colocou então uma alternativa: em poucas palavras, existe ali a promoção de outra explicação para o conflito vivido e a proposta de que haja uma mudança na economia, na política e nos princípios delas regentes, sob a reivindicação de um comum vínculo entre certos indivíduos.

Entretanto, deve-se ter em mente que a emergência e o desenrolar do OWS deram-se no solo do sistema capitalista e, assim, suas propostas apresentam-se em relação a este – expondo para nós que as diversas ideologias então existentes em uma dada formação social ao mesmo tempo em que se afirmam colocam-se enquanto alternativa a uma outra manifestação ideológica presente. Porém, neste colocar-se enquanto alternativa, não há uma relação simétrica, de modo que o estatuto de crítica à ideologia dominante implica em certas dificuldades para aqueles e aquelas que se opõem ao capitalismo.

No caso agora abordado, pode-se dizer que a magnitude da crise financeira que, a partir de 2007, atingiu o mundo, em especial os Estados Unidos, trouxe a possibilidade de revelar o alcance e a extensão da apropriação das variadas dimensões da vida social feita pelo capital. Tal fator foi sagazmente traduzido no slogan “*We are the 99%*” – já antes mencionado. Na verdade, através dele, o

² É fundamental alertamos aqui que nossa interpretação do que é e de como funciona a ideologia deita raízes na leitura madura de György Lukács da obra de Marx. Considerando que não poderemos aqui esmiuçar por completo os meandros da referida interpretação, indicamos Silva (2012) para aprofundamento da questão.

OWS conseguiu agregar um grande contingente dos mais variados indivíduos, com distintas demandas, forjando uma importante identificação entre eles, por elevar-se em relação às suas respectivas particularidades (cf. Milkman, Luce e Lewis, 2013, p. 4; 23). Nisso, contribuiu também a complementar ausência de demandas específicas, de modo que a construção de uma identidade entre os sujeitos, ainda mais quando tramada em meio à diversidade que os caracteriza, é então poderoso fator para a consolidação de uma ideologia – principalmente àquela com vistas a conformar uma prática rumo à emancipação.

Todavia, é necessário ter em mente que uma economia, mesmo em crise, não é algo estanque. Mais precisamente, mesmo que consideremos as atuais dificuldades do capital em repor suas taxas de lucro, é necessário ter em mente que são possíveis recuperações parciais, mais ou menos fortes e/ou duradouras, e que, em meio à crise, seus avanços e retrocessos, as classes e os grupos sociais são atingidos de forma distinta. Com isso, pode-se minar o impulso dado pelo despojamento coletivo, sobretudo econômico, causado pelo avanço do capital e, em consequência, a referida unidade constituída. Dentro do movimento fundamental desenhado com a economia, portanto, ressurgem sempre a força rumo à resposta ao conflito dentro dos moldes da ideologia dominante – o que se dá tanto em função da tendência à fragmentação que o arranjo capitalista continuamente propõe (cf. Marx, 2011, p. 90-120) quanto em função do fato de que a subjetividade dos indivíduos fora e é historicamente conformada dentro dos parâmetros burgueses pela ideologia dominante, a qual certamente se vale também da fragmentação aludida para se impor.

Nesse ponto, a organização do OWS cumpre papel crucial para as perspectivas da crítica conformada ao capitalismo e ao modelo da sociedade norte-americana. Sobre este aspecto, lembremos então que, conforme ficou claro desde o início do movimento, existe uma forte oposição à organização política vigente e às suas instituições, no apontamento de que existe uma falsa democracia. Por isso, o OWS caracteriza-se pela horizontalidade e ausência de líderes e representantes unívocos e, a partir do princípio *fale conosco, mas não por nós*, o movimento opõe-se igualmente às tradicionais formas partidos e sindicatos. Como um elemento importante para tal horizontalidade, o OWS, assim como outros movimentos correlatos, utiliza-se fartamente de ferramentas virtuais – especialmente as redes sociais –, para fins de divulgação, debate, organização interna etc. e que foram cruciais para a própria formação do movimento (cf. Milkman, Luce e Lewis, 2013, p. 8).

Em que pese o fato da formação na e pela internet para o combate a formas hierárquicas postas em xeque há algumas décadas, tidas como incapazes de realmente abraçar os indivíduos e suas demandas, ponderamos se a forma de organização priorizada não favoreceria uma lógica específica de adesão, a qual prioriza cada sujeito tomado individualmente (cf. Juris, 2012, p. 260-261). Em outras palavras, visualizamos uma nova dinâmica de ativismo que, ao mesmo tempo em que potencialmente capaz de conglomerar muitos indivíduos, é também mais facilmente dissolúvel – aspectos estes que podem ser vistos em consonância à fragmentação mencionada acima e que, por isso, contribuiriam para minar a potencialidade de questionamento do OWS, principalmente em longo prazo.

No entanto, sem querermos simplificar esta análise (a qual ainda está em seus marcos iniciais), sublinhemos que, a despeito de sua conformação na internet, potencialmente dissolúvel, o foco do movimento é a inserção no espaço público, fisicamente existente – através da ocupação de um parque (desbaratada após dois meses), atos, marchas, ações diretas pautadas pelo princípio não violência etc.. Com isso, agindo localmente, o OWS termina promovendo momentos de ruptura com a cotidianidade “normal”, ordinariamente vivenciada pelos sujeitos – o que contribui, novamente, com o questionamento das condições vigentes, apresentando outras brechas, outros caminhos pelos quais a consciência pode apreender a realidade que a cerca.

Certamente, haveria outros aspectos relativos ao OWS que mereceriam nossa atenção, tornando-nos capazes de refinar a avaliação aqui traçada deste movimento. Todavia, já com os elementos apresentados, é possível perceber a inexistência de um caminho unívoco, de mão única, pelo qual

trafegam as possibilidades, as contradições e as saídas abertas com a crise financeira. Precisamente, vemos sim um amplo movimento de tendências e contratendências – tanto no sentido de questionamento, quanto no sentido de (re)afirmação de aspectos do sistema capitalista –, expostos simultaneamente dentro do OWS, a partir da forma de organização adotada e de sua posição perante as condições econômicas, assim como em função das próprias possibilidades abertas com o movimento da economia.

Colocam-se então certos desafios para o desvendamento e análise da ideologia – a qual contribui para o delineamento da situação que se apresenta. Acreditamos que, atualmente, revela-se de modo agudo o aspecto de *luta* o qual Marx (1982, p. 25) assinalara enquanto típico de todo fenômeno ideológico. Porém, devido aos impasses atingidos pelo capitalismo contemporâneo, que colocam na agenda a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento – mesmo para os defensores e defensoras do sistema³ –, acreditamos também que tal aspecto de luta deve ser melhor apreendido e equalizado. Justamente por isso, nossa proposta é para que se reflita sobre o cenário das diversas representações ideológicas hoje, principalmente o que fora emergente com o OWS, através da perspectiva de *crise ideológica*.

Para nós, tal conceito carece de maior aprofundamento dentro da teoria marxista – e mesmo da teoria social em geral – mas, ainda assim, permite que se conceba o referido movimento de tendências e contratendências mencionado, o qual sinaliza a peculiar posição de uma ideologia contrária ao status quo – a apresentar concomitantemente aspectos contestatórios e aspectos colaborativos à ordem, ainda que não de maneira intencional. Da mesma forma, dentro de tal perspectiva de crise ideológica, nota-se mais facilmente que tal modo de apresentar-se não é uma mera deficiência da ideologia crítica em questão, na medida em que a mesma subsiste em uma posição bastante desigual dentro da formação social em relação à dominante – ainda que ganhe força em determinados momentos históricos, como hoje. O que atualmente dá a possibilidade de *crise* – e não de uma simples sobreposição instável da ideologia dominante – é, enfim, a maior precariedade da hegemonia burguesa e a conseqüente abertura para a construção de novas representações das condições e das relações sociais. Porém, deve-se sempre lembrar de que, de acordo com Marx, “crise” nunca significou a certeza de transformação da ordem vigente, sendo tão somente uma possibilidade histórica aberta (cf. Marx, 1985c, p. 137; Marx e Engels, 1998). O resultado dependerá sempre da prática humana – e, novamente, é revelada a importância de novos movimentos, como o OWS, para a construção de uma potencial alternativa contra-hegemônica.

Referências bibliográficas

ARON, R. (1980). *O ópio dos intelectuais*. Brasília: UNB.

BAMYEH, M. A. (2012). The Global Culture of Protest. *Contexts*, 11, 2.

BELL, D. (1980). *O fim da ideologia: pensamento político*. Brasília: Editora UNB.

BRESSER-PEREIRA, L. C. (2010). A crise financeira global e depois: um novo capitalismo?. *Novos estudos*, 86.

BUCCI, E. & KEHL, M. R. (2004). *Videologias: ensaios sobre a televisão*. São Paulo: Boitempo.

BULLIO et al. (2011). A atuação do Fed antes e depois do estouro da bolha imobiliária: discricionariedade e mandato de bancos centrais em contextos de desregulamentação financeira. *Economia e Sociedade*, 20, 2 (42).

³ Para melhor apreensão de tal debate, visualizar gráfico apresentado por Dowbor (2009, p. 33), que revela como o crescimento da economia está relacionado com inúmeros problemas deste início de século XXI.

- COSTA, E. (2012). A terceira onda da crise: o capitalismo no olho do furacão – desarticulação monetário-financeira, depressão prolongada e lutas sociais. In: PINHEIRO, M. (org.). *A Reflexão Marxista Sobre os Impasses do Mundo Atual*. São Paulo: Expressão Popular.
- DIJK, T. A. V. (2006). *Ideologia: Un enfoque multidisciplinario*. Sevilla: Gedisa.
- DOWBOR, L. (2009). A crise financeira sem mistérios: Convergência dos dramas econômicos, sociais e ambientais: <<http://dowbor.org>>.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. (2004). O imperialismo na era neoliberal. *Crítica marxista*, 18, 11-36.
- _____. (2005). O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, F. (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências*. São Paulo: Boitempo.
- FIORI, J. L. (2001). Lições que vêm da Ásia. In: _____. *Brasil no espaço*. Petrópolis: Vozes.
- FOSTER, J. B. (2011). The Financialization of Capital and the Crisis. *Monthly Review*, 59, 11: <<http://monthlyreview.org/2008/04/01/the-financialization-of-capital-and-the-crisis>>.
- GELDER, S. v. (2011). Introduction: How Occupy Wall Street changes everything. In: _____. *This changes everything: Occupy Wall Street and the 99% movement*. San Francisco: Berret-Koehler.
- GRESPLAN, J. (2012). *O negativo do capital*. São Paulo: Expressão Popular.
- JURIS, J. S. (2012). Reflections on #Occupy Everywhere : Social media, public spaces, and emerging logics of aggregation. *American Ethnologist*, 39, 2, 259-279.
- MARX, K. (1982). Para a crítica da economia política. In: GIANNOTTI, J. A. (org.). *Os Economistas – Marx*. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. (1985a). *O capital: Crítica da Economia Política, I, 1: O Processo de Produção do Capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- _____. (1985b). *O capital: Crítica da Economia Política, I, 2: O Processo de Produção do Capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- _____. (1985c). *O capital: Crítica da Economia Política, II, 1: O Processo de Circulação do Capital*. São Paulo: Nova Cultural.
- _____. (2011). *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1998). *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2007). *A ideologia alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. São Paulo: Boitempo.
- MÉSZÁROS, I. (2004). *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo.
- MILKMAN, R.; LUCE, S. & LEWIS, P. (2013). *Changing the subject: a bottom-up of Occupy Wall Street in New York City*. Nova Iorque: The Murphy Institute: <http://sps.cuny.edu/filestore/1/5/7/1_a05051d2117901d/1571_92f562221b8041e.pdf>.
- PESCHANSKI, J. A. (2012). Os “ocupas” e a desigualdade econômica. In: HARVEY, D. *et al.* *Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior.
- PINASSI, M. O. (2009). *Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica*. São Paulo: Boitempo.

- PRADO, E. F. S. (mimeo). Kliman: a grande falha do capitalismo: <www.eleuterioprado.wordpress.com/2012/03/02/a-grande-falha-do-capitalismo>.
- RESNICK, S. & WOLFF, R. (2010). The Economic Crisis: A Marxian Interpretation. *Rethinking marxism*, 22, 2, 170-186.
- SAEZ, E. (2013). Striking it Richer: The Evolution of Top Incomes in the United States (Updated with 2011 estimates): <<http://topincomes.g-mond.parisschoolofeconomics.eu/#Country:United%20States>>.
- SILVA, N. R. M. (2012). *Decifra-me enquanto te devoro: um estudo da ideologia como força social*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil.
- ZIZEK, S. (org.). (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- _____. (2011). *Primeiro como tragédia, depois como farsa*. São Paulo: Boitempo.
- _____. (2012). O violento silêncio de um novo começo. In: HARVEY, D. *et al. Occupy: movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior.